

A primeira etapa de formação da classe operária brasileira ocorreu a partir dos últimos anos do século XIX, ligada a um processo de transformações cujo eixo foi a expansão da economia cafeeira.

O processo é bastante conhecido e quero apenas referir-me a ele em linhas muito gerais. As necessidades da economia exportadora, baseada no café, propiciaram profundas modificações no sistema de transportes e nos serviços portuários, desde meados daquele século. A medida em que a exportação assumiu proporções consideráveis, gerando um significativo excedente econômico, colocou-se o problema do escoamento da mercadoria para os portos, a baixo custo e em larga escala. Os caminhos precários, percorridos por tropas conduzidas por escravos desviados da atividade das fazendas, foram sendo substituídos pelas vias férreas, que se implantaram como um elo entre as regiões produtoras e os centros exportadores. A rede ferroviária impulsionou em um caso e deu origem em outro à expansão destes centros. O Rio de Janeiro concentrou todo o movimento comercial da área cafeeira do Vale do Paraíba, do leste fluminense e mineiro, abrangendo também a velha região canaveira do baixo Paraíba. Na província de São Paulo, a construção da estrada de ferro Santos-Jundiaí, inaugurada em 1867, representou a ruína dos pequenos portos e a consolidação de Santos como o grande porto do comércio externo da província, excluída a região do Vale (1). As docas de Santos reuniram o primeiro grupo importante de trabalhadores em todo o Estado, cujas lutas se iniciaram em fins do século e permaneceram constantes no correr dos anos.

O avanço da economia capitalista de exportação gerou assim diretamente as condições para que se constituísse um núcleo de

(1) Pedro Pinchas Geiger — *Evolução da rede urbana brasileira*. Rio de Janeiro, 1963; José Ribeiro de Araújo Filho — *Santos, o porto do café*. Rio de Janeiro, 1969.

trabalhadores no setor de serviços. Indiretamente, preencheram os requisitos para o surgimento do proletariado fabril, concentrado em algumas poucas cidades. A pequena empresa industrial, dispersa em vários pontos do país, existiu antes da afirmação do pólo cafeeiro e ao lado dele, graças à proteção representada pela dificuldade de comunicações, à proximidade das fontes de matéria-prima, à existência de um pequeno mercado consumidor de bens como alimentos, bebidas, tecidos de qualidade inferior. Os trabalhadores deste tipo de indústria, espalhados em um imenso espaço geográfico, nunca tiveram condições objetivas para dar origem a um movimento operário. Eles ficariam nas fábrias do que Antônio Barros de Castro chamou a industrialização descentralizada do Brasil.

O deslocamento no espaço da indústria de tecidos de algodão indica a importância gradativa que o centro-sul vai assumindo, em confronto com outras áreas. O Estado da Bahia — especialmente Salvador e arredores — foi o primeiro núcleo das atividades do ramo, de 1844 até fins da década dos sessenta, reunindo cinco das nove fábricas existentes no país em 1866. Em 1885, antes mesmo que na província de São Paulo a produção industrial tivesse algum significado, observava-se a existência de maior número de empresas no centro-sul. Dentre 48 fábricas arroladas em todo o país, 33 se localizavam nesta região. Minas Gerais aparecia como a primeira província (13 unidades) tendo a Bahia 12, a província do Rio de Janeiro 11 e a de São Paulo 9 unidades (2).

Por muitos anos, o Rio de Janeiro reuniria a maior concentração operária do país, sendo superado pela Capital de São Paulo, em algum momento entre 1920 e 1938. A instalação no antigo Município Neutro de algumas fábricas, a partir de meados do século XIX, deveu-se a um conjunto de fatores. Aí haviam-se acumulado capitais provenientes da empresa agrícola ou dos negócios do comércio exterior. Com a decadência do Vale do Paraíba, novas inversões no setor cafeeiro tornaram-se limitadas pois não se abria, como em São Paulo, uma grande fronteira em expansão (3). Era viável contar com o financiamento dos

(2) Stanley Stein — *The Brazilian Cotton Manufacture. Textile Enterprise in an Underdeveloped Area, 1850-1950*. Massachusetts, 1957, p. 21.

(3) Até 1889, o Município Neutro detinha 57% do capital industrial brasileiro, com exclusão do açúcar. Segundo os dados do censo de 1920, 48% do capital declarado pelas indústrias cariocas naquele ano

grandes bancos, cuja sede estava localizada na Capital do país, embora a destinação de recursos para fins industriais fosse encarrada com reservas. O mercado de consumo tinha proporções razoáveis, abrangendo não só a cidade como a região tributária, servida pela rede de ferrovias. No que diz respeito à força de trabalho, ainda que houvesse problemas no tocante ao suprimento de trabalhadores especializados, o mesmo não ocorria com operários de baixa qualificação. Por último, ressaltar-se o papel da energia a vapor, em uma época prévia à introdução da energia elétrica, sobretudo no crescimento da grande manufatura de algodão, no Rio de Janeiro e cidades próximas (Petrópolis). O emprego de água como força motriz apresentava inconvenientes derivados em grande parte do suprimento irregular. A sua substituição pela energia a vapor, cujo combustível era o carvão, tornou-se viável, graças à possibilidade de obter carvão importado sem novos ônus de transporte, o que acontecia quando o combustível se destinava ao interior (4).

Sumariamente, foram estas as condições que permitiram o surgimento na Capital do país do embrião de um proletariado de fábrica, concentrado na Gamboa e em São Cristóvão, nos subúrbios, ou ao fundo dos vales na antiga periferia da cidade — Gávea, Tijuca e Laranjeiras.

As manifestações iniciais da atividade industrial na província de São Paulo, vinculam-se estreitamente às alterações introduzidas no interior da empresa cafeeira; a partir da extinção do tráfico externo de escravos, e à expansão urbana no interior da província. A velha fazenda de café não se distinguiu essencialmente do latifúndio açucareiro como núcleo gerador do desenvolvimento capitalista. Nela, apenas a produção para exportar era mercantil e as necessidades de consumo satisfaziam-se no interior

pertenciam a empresas fundadas em 1890. Cf. Wilson Cano — *Raízes da concentração industrial em São Paulo*. Campinas, 1975, vol. II, p. 245. Este autor mostra como a médio prazo, a decadência cafeeira da região do Vale do Paraíba e até certo ponto de Minas Gerais resultou entretanto em uma relativa atrofia do crescimento industrial da Capital da República, em contraste com São Paulo. De fato, o não surgimento de uma economia cafeeira de tipo capitalista impediu que se constituísse uma das fontes básicas da acumulação industrial; ao mesmo tempo, a crise da região fluminense redundaria em um encolhimento do mercado de consumo, agravado com a perda progressiva do mercado paulista.

(4) Stein, *ob. cit.*, pp. 22-23; Paul Singer — *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo, 1968.

da própria empresa. Nas fazendas do Vale do Paraíba, entre metade a dois terços dos escravos não se dedicavam à lavoura do café, cabendo-lhes plantar gêneros alimentícios, cuidar do gado e outros animais de corte, construir casas, canalizar a água, abrir caninhos (5).

A alta de preços dos escravos provenientes da região central do país e do Nordeste e a sua posterior escassez resultou na concentração da força de trabalho escrava nas atividades mercantis, com efeitos diretos relativamente à divisão social do trabalho em toda a província. Ao mesmo tempo, esboçou-se uma parcial substituição desta força de trabalho por máquinas, em especial no processo de beneficiamento do café (6). Quando na década de setenta surgiram em São Paulo as primeiras fábricas têxteis conjugaram-se para o surto não só os reflexos da Guerra da Secessão americana no tocante à abundância de matéria-prima, como também a ampliação do mercado. O último fator resultava do processo de crescente divisão do trabalho, das migrações internas de pessoas livres do Nordeste para São Paulo, da entrada de imigrantes.

Em meio à crise do sistema escravista, estendiam-se as relações mercantis como pré-requisito ao desenvolvimento capitalista. São Paulo começava a se definir como centro urbano, tornando-se gradativamente o grande mercado distribuidor de produtos e de mão-de-obra. Entretanto, a germinação de atividades industriais tinha ainda limites bastante evidentes. Do ponto de vista da formação da classe operária, a dispersão pesava como elemento negativo. Em 1886, havia na província doze fábricas de tecidos de algodão das quais dez estavam localizadas no interior: quatro em Itu (principal centro da região algodoeira), uma em Piracicaba, Jundiá, Santa Bárbara, Tatuí, Sorocaba e São Luís do Paraitinga. Esboçava-se porém a concentração do capital na cidade de São Paulo. As dez fábricas do interior reuniam um capital de 2 950 contos e as duas paulistas — as lendárias empresas de Diogo Antônio de Barros — somavam 1 050 contos (7).

(5) Louis Courty — *Biologie Industrielle*. Rio de Janeiro, 1883.

(6) Ver Emilia Viotti da Costa — *Da Senzala à Colônia*. São Paulo, 1966.

(7) José Francisco de Camargo — *Crescimento da população no Estado de São Paulo e seus aspectos econômicos*. São Paulo, 1952, vol. I, p. 171.

Como se sabe, o momento decisivo em que se constituíram relações capitalistas de produção na área de São Paulo ocorreu com a liquidação final do sistema escravista e a entrada das grandes levas de imigrantes. O papel desempenhado por estes no primeiro surto de industrialização foi crucial, sob vários aspectos: pela ampliação do mercado de trabalho e de consumo; pela preferência em inverter a poupança no setor comercial e industrial, tendo-se em conta as dificuldades impostas ao acesso à propriedade da terra; pelo impulso dado ao crescimento da cidade de São Paulo (8). A ampliação do mercado de consumo rural através da substituição dos escravos pelos imigrantes assalariados é um tema aberto a controvérsias. Sem dúvida, não se pode dar a este fator exagerada importância, considerando-se que o processo de incremento da divisão do trabalho era anterior à entrada das grandes levas migratórias e que os imigrantes tinham uma forte tendência a poupar. Não parece desprezível, ainda assim, o papel do imigrante na ampliação do mercado rural, vinculada à possibilidade de obter excedentes agrícolas através do plantio de gêneros — sobretudo nos contratos de formação do café — os quais eram vendidos nas cidades, aumentando a capacidade de consumo. Lembra-se também que a força de trabalho estrangeira não veio substituir simplesmente a mão-de-obra escrava, mas representou um grande aumento do potencial de trabalho, destinado a atender aos requisitos de uma economia em plena expansão. Em 1887, havia 107 000 escravos na província de São Paulo; entre este ano e 1900 a imigração líquida externa somou 599 426 pessoas (9).

A partir de 1890, a cidade de São Paulo começou a crescer em ritmo acelerado. O crescimento significativo se iniciara entre 1872-1886, quando foi de 52% (de 31 385 para 47 697 habitantes), a uma taxa geométrica anual de 3%. Entre 1886-1890, alcançou 36% (de 47 697 para 64 934 habitantes), o que representa uma taxa geométrica anual de 8%. Mas a grande arrancada

(8) O processo de formação de um núcleo burguês industrial, a partir do setor cafeeiro, do comércio urbano e do setor importador, com ponderável contribuição de estrangeiros, tornou-se bem mais conhecido nos últimos anos graças sobretudo ao livro de Warren Dean — *A Industrialização de São Paulo*. São Paulo, 1971, e a recente tese de Wilson Cano, embora não haja consenso entre estes autores quanto ao grau de importância de cada um destes segmentos no processo de industrialização.

(9) Calculado segundo os dados transcritos em Michel M. Hall, *The Origins of Mass Immigration in Brazil, 1871-1914*.

se deu entre 1890-1900, período em que a população paulistana passou de 64 934 habitantes para 239 820, registrando uma elevação de 268% em dez anos, a uma taxa geométrica de 14% de crescimento anual (10). Em 1890, São Paulo era a quinta cidade brasileira, abaixo do Rio de Janeiro, Salvador, Recife e Belém. No início do século, chegaria ao segundo lugar, embora ainda muito distante dos 688 000 habitantes da Capital federal.

O crescimento da cidade deveu-se não só à sua consolidação como grande mercado distribuidor, mas também ao influxo da massa de imigrantes. Apesar da escassez de dados, há indícios de que imigrantes subvencionados ou não permaneceram na cidade, onde as oportunidades de ascensão eram maiores. É provável também que o fluxo rural-urbano no Estado tenha ocorrido já na última década do século, logo após o fim dos primeiros contratos de formação do café. Seja como for, a afirmação da Capital como centro integrador regional se deu na medida em que as relações capitalistas de produção se estenderam, intensificando a divisão do trabalho e o consequente crescimento do pequeno comércio, da classe média profissional ou burocrática, dos primeiros núcleos operários. A empresa agrícola de base escravista fizera baixar a proporção entre habitantes da capital e do interior, em favor dos últimos. Segundo o censo de 1872, 3,7% da população da província morava na Capital, enquanto 11,6% aí viviam em 1816. No fim do século, a Capital já concentrava 10,5% da população do Estado, índice que chegou a 12,9% em 1920 (11).

Em meados da última década do século XIX, a cidade de São Paulo contava com 121 estabelecimentos que se utilizavam de energia mecânica, dos quais 52 eram realmente industriais. A referência aos ramos mostra a vinculação das empresas com as necessidades de consumo ou a sua conexão com o setor de serviços: dentre os onze estabelecimentos que empregavam mais de cem operários, havia três fiações, uma fábrica de cerveja, três fábricas de chapéus, uma fábrica de fósforos, uma fundição e duas oficinas ferroviárias (12). Por esta época, começaram a surgir os bairros operários, local de instalação de fábricas e moradia de trabalhadores. A cidade se implantara no interior de

um maciço, cercado de planícies varzeosas e insalubres, sujeitas às inundações do Tamandareí e do Tietê. Estas planícies foram se integrando ao núcleo urbano, na medida em que iam sendo atravessadas pelas estradas de ferro — a Inglesa, a São Paulo-Rio de Janeiro, a Sorocabana. O baixo preço dos terrenos e a proximidade das estações ferroviárias atraíram para o Brás, o Bom Retiro, a Moóca, as novas indústrias e muitos dos imigrantes recém-chegados. O processo de formação dos bairros, em função da constituição da sociedade de classes, é simétrico: enquanto a massa de imigrantes se concentra nas várzeas, bordando as faces sul e leste do maciço paulistano, vão surgindo neste os bairros residenciais que sobem as encostas em busca de terrenos altos e saudáveis (Higiênópolis) até atingir o alto espigão, onde se abre a Avenida Paulista.

De um lado, delinea-se “um ininterrupto suceder de pequenas habitações, quase sempre térreas e sem nenhum jardim à frente, geralmente geminadas (duas a duas, quatro a quatro), todas mais ou menos iguais, de estilo “fobre ou indefinível. Entendem-se assim, em sua monotonia e em sua humildade, em filas intermináveis, que chegam a ocupar quarteirões inteiros. No meio delas, porém, surge de quando em vez a pesada e característica fachada de uma fábrica ou, então, pequenas oficinas ou “fabriquetas” (13). Do outro lado, residência e trabalho estão separados, a triste uniformidade desaparece, despontando as construções onde se reúnem “desde a pureza de uma frontaria fria à normanda, dos arabescos sinuosos e ilógicos da arte-nova, até o trisonho “cottage” inglês; do pontagudo dos chalés da neve aos alpendrados espanhóis, às cúpulas e minaretes orientais, às varandas cobertas do norte, às vilas graciosas da Itália, às galerias do Renascimento, ao exagero do barroco ou do plateresco, ao rústico suíço, até a horrível simetria esburacada do estilo pompalino, pesado e bruto” (14).

Procurei lembrar, em linhas muito gerais, como o primeiro surto industrial do Brasil surgiu a partir do desenvolvimento do

(13) Pasquale Perrone — “São Paulo no século XX” in *A Cidade de São Paulo. Estudos de geografia urbana* (org. Aroldo de Azevedo). São Paulo, 1958, vol. II.

(14) Manuel de Sousa Pinto — *Terra Moça. Impressões brasileiras*. Porto, 1910. Citado por Ennani da Silva Bruno — *História e tradições da cidade de São Paulo*. 2.ª ed. São Paulo, 1954, vol. III. Para a formação dos bairros paulistanos, ver especialmente Cato Prado Júnior — “Contribuição para a geografia urbana da cidade de São Paulo” em

(10) Singer, *ob. cit.*, pp. 44/47.

(11) Richard M. Morse — *Brazil's Urban Development: Colony and Empire*. Yale Un., 1972, p. 40 (mimeogr.).

(12) Dean, *ob. cit.*, p. 19.

capitalismo de base agrária, na região centro-sul. Apesar das grandes transformações regionais operadas por este desenvolvimento, o raio de sua ação, no sentido de diversificar a estrutura social do conjunto do país, foi como se sabe bastante limitado (Tabela I-1). A concentração da maioria absoluta da população

TABELA I-1
BRASIL
POPULAÇÃO OCUPADA
(EM MILHARES)

Setores	Total = 100		
	1872 %	1900 %	1920 %
1 — Agricultura	3 671 = 64,1	5 071 = 53,4	6 377 = 69,7
2 — Indústria	282 = 4,9	321 = 3,4	1 264 = 13,8
3 — Serviços	1 773 = 31,0	4 111 = 43,2	1 509 = 16,5
Total	5 726 = 100	9 503 = 100	9 150 = 100

Extraído de Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan — *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro, 1973.

nas atividades agrícolas não só permanece ao longo do período, como se torna mais acentuada. Os números relativos à indústria e aos serviços revelam o avanço das atividades industriais, a partir da base incipiente de 1872, devendo-se considerar que aí estão englobadas tanto as atividades fabris como as artesanais. Por sua vez, a queda do setor serviços, à primeira vista surpreendente, se deve à grande diminuição de empregados domésticos, com direta influência no cômputo total, não obstante a expansão dos serviços de transporte, comércio em geral, servidores públicos, profissionais liberais⁽¹⁵⁾.

Localizou-se assim no campo a maioria dos setores econômica e socialmente dominados, em todo o período de predomi-

Evolução política do Brasil e outros estudos. 6.ª ed. São Paulo, 1969 e Odilon Nogueira de Mattos — "São Paulo no século XX" em *A Cidade de São Paulo* (org. Aroldo de Azevedo).

(15) Annibal Villanova Villela e Wilson Suzigan — *Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945*. Rio de Janeiro, 1973.

nância do pólo agrário-exportador e mesmo em época posterior. Aí não surgiram porém, movimentos de vulto, cujas características ultrapassassem os limites pré-políticos. As explosões rurais deste tipo ocorreram aliás fora da região que constituía o eixo básico da formação social. Nas grandes fazendas de café do Estado de São Paulo, a insatisfação do proletariado rural exprimiu-se por formas semelhantes às do meio urbano, mas a possibilidade de manifestá-la foi bastante limitada. As condições específicas do meio rural dificultaram ao extremo a organização dos trabalhadores e a eclosão de greves. A massa de imigrantes, introduzida em terra estranha, dispersou-se por fazendas isoladas, impossibilitando contatos que reforçassem a tomada de consciência de uma condição comum e o esboço de uma ação reivindicatória. No interior da fazenda, o fazendeiro detinha poderes absolutos, dominava as instituições do Estado (policia, magistratura), colocadas a seu serviço. Era fácil também isolar os portadores do bacilo radical, pela simples proibição da entrada de elementos estranhos. Não por acaso, a única greve rural de grande vulto no Estado de São Paulo, entre 1870-1914, ocorreu na zona de Ribeirão Preto (abril de 1913) próxima a um centro urbano e onde havia significativo grau de concentração de trabalhadores⁽¹⁶⁾.

Não obstante os vários fatores que entravaram a formação de um movimento operário, a cidade reuniu os requisitos mínimos para o seu surgimento. Existia aí um quadro objetivo de exploração que podia ser interiorizado coletivamente, dada a facilidade de contatos; os ideólogos revolucionários e organizadores, apesar das restrições à sua atividade, não eram, no meio urbano, um peixe estranho. Deste modo, embora o núcleo estrutural da economia residisse no campo, o conflito social concentrou-se nos setores secundário e de serviços. O primeiro tinha pequena importância do ponto de vista econômico, enquanto o segundo era estrategicamente relevante para o desempenho do núcleo estrutural.

A restrição do movimento social das camadas dominadas em grande medida aos centros urbanos representou um sério limite. É certo que as reivindicações ganharam ressonância ao se produzirem em cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo, Santos que, em grau variável, desempenhavam um relevante papel

(16) Hall, *ob. cit.*

político, comercial e administrativo. Mas, como o peso da urbanização era relativo e não só o eixo básico da economia como a fonte de poder das oligarquias se encontrava fundamentalmente no campo, a massa urbana dominada ficava ilhada nos muros ideais da cidade, com escassas condições de alterar a correlação de forças entre as classes.

Duas outras determinações estruturais devem ser levadas em conta no primeiro período de formação da classe operária. Uma diz respeito às condições de oferta do mercado de trabalho; outra, à composição étnica da classe, com predominância de estrangeiros.

Uma discussão rigorosa acerca da oferta da força de trabalho constitui todo um programa de pesquisa e a sua abordagem em algumas linhas pretende ser apenas indicativa. Os autores que vem se dedicando ao estudo da marginalidade urbana, a partir de perspectivas diversas, tem concordado em distinguir dois momentos históricos no processo de acumulação capitalista, no que diz respeito à absorção de mão-de-obra. Como assinala Lúcio Kowarick (17), a primeira fase de industrialização tinha sua dinâmica de crescimento alicerçada fundamentalmente na incorporação cada vez maior de volume de trabalho, desempenhando papel secundário as inovações tecnológicas e a racionalização dos processos produtivos. Por outro lado, boa parte da população estava fixada de forma até certo ponto estável nas atividades agrícolas e os migrantes, encontravam condições de se inserir no sistema urbano de trabalho: "... a própria oferta de mão-de-obra não podia ainda ser excessiva para as necessidades da produção industrial crescente, se é levado em conta que o grosso da população estava incorporado às atividades agro-estrutivas estáveis, não obstante seu relativo estancamento, e as condições sócio-culturais inerentes às sociedades destes países (latino-americanos) neste primeiro período antes dificultavam, que estimulavam, o desentralizamento maciço e violento da mão-de-obra dos setores primários" (18).

Em um segundo momento, caracterizado por um tipo de dependência estruturalmente diverso de período anterior, dois fenômenos produzem a crescente disparidade entre a oferta de força de trabalho e a sua absorção no sistema industrial: de um

(17) Lúcio Kowarick — *Capitalismo, dependência e marginalidade urbana na América Latina: uma contribuição teórica* (mimeogr.).

(18) Anbal Quijano — *Redefinición de la dependencia y proceso de marginalización en América Latina* (mimeogr.). Citado por Kowarick.

lado, sob o impacto da industrialização, parte do setor agrícola se moderniza e passa a liberar mão-de-obra; de outro, a grande indústria se expande com altas densidades de capital que passam a utilizar maior proporção de capital constante em relação ao variável.

A distinção entre dois tipos históricos de acumulação capitalista, assim como de dependência entre a periferia e o centro é bastante clara, mas caberia indagar se, ao menos no caso brasileiro, ocorreu a relativa adequação entre oferta de mão-de-obra e crescimento industrial, no primeiro momento descrito. Os dados existentes apontam em sentido negativo, ainda que a desproporção tenha outra natureza e vulto no momento posterior.

Um primeiro índice muito genérico pois se refere ao país como um todo encontra-se nos cálculos efetuados por Villela e Suzigan acerca da população ocupada e da população economicamente ativa segundo os quais as proporções seriam de 74,7% em 1872 e 42,6% em 1920. O número de pessoas ocupadas passou, entre 1872 e 1920, de 5 726 000 para 9 150 000, com um crescimento de 59,8%, enquanto o número de pessoas na faixa de idade economicamente ativa subiu de 5 999 000 para 16 257 000, com um crescimento de 171% (19).

Para os fins desta discussão, é importante analisar as condições de oferta de força de trabalho urbano em São Paulo e no Rio de Janeiro. Em São Paulo, a questão se liga diretamente à forma pela qual se resolveu o problema da força de trabalho na empresa agrícola cafeeira, com a vinda das grandes levadas de imigrantes, no interior de um quadro cujas linhas gerais tem pouco a ver com uma incorporação estável da população nesta atividade agrícola. O suprimento de trabalhadores sobretudo até os primeiros anos deste século foi bastante abundante em razão de três fatores: a crise crônica no campo, em várias regiões da Itália; o fato de que a imigração para o Estado de São Paulo foi em larga medida subsidiada, permitindo aos fazendeiros

(19) A proporção no Estado de São Paulo e na região leste, abrangendo o Distrito Federal, entre população economicamente ativa e ocupada em 1920, é idêntica ou quase idêntica à do país: 42,6% em São Paulo e 42,9% na região leste. Cf. Villela e Suzigan, *ob. cit.*, pp. 287-293. Os autores explicam a enorme queda da população ocupada entre 1872-1920 em parte pelo decréscimo de empregados domésticos, o que indica de qualquer forma um acréscimo de população sobrando, dada a não substituição desta faixa por outras ocupações.

adequar a oferta a seus interesses; a consciência cristalina destes interesses por parte da burguesia do café. As análises de Michael M. Hall mostram como ao longo de todo o período em que a imigração estrangeira para as fazendas foi a fonte essencial de mão-de-obra não ocorreu "falta de braços", mas com frequência uma grande e calculada oferta de trabalho. Por exemplo, em 1897 o secretário da Agricultura se referia à existência de um "excesso de trabalhadores" no Estado. No entanto, o governo estava providenciando a vinda de mais 60 000 imigrantes nos meses seguintes e, dois anos após, aquela autoridade aludia a um acenado declínio no salário rural como consequência da contínua chegada de trabalhadores. Para se cuidar de uma produção média anual de 10 milhões de sacas de café (1910-1914) eram necessárias cerca de 300 000 pessoas, enquanto pelo menos 750 000 trabalhadores entraram no Estado depois de 1884, em sua esmagadora maioria com destino ao campo (20).

Embora faltem dados da migração rural-urbana da época, é bastante plausível a hipótese de que uma parcela significativa desta sobrepopulação transferiu-se para os centros urbanos, tendendo-se em conta as fases de depressão do setor cafeeiro e as dificuldades de acesso à propriedade da terra. Por certo, houve muitas alternativas para a inserção no conjunto de atividades que a Capital do Estado em especial estava desenvolvendo. Mas os indícios da formação de um exército industrial de reserva, previamente a um momento de decisiva arrancada da industrialização da cidade, são bastante claros. Assim, quando São Paulo iniciou esta arrancada, a partir de 1905 aproximadamente, não se registrou nenhuma crise de mão-de-obra, o que de resto favoreceu o processo de acumulação. É tentadora a hipótese de que na própria cidade se tinha criado um reservatório de força de trabalho, expulsa do campo tanto pelo processo geral descrito como pelo seu agravamento, com a crise da cafeicultura iniciada em fins do século (21).

(20) Hall, *ob. cit.* e *The Italians in São Paulo, 1880-1920*. Tulane Un., 1971 (mimeogr.). Ali se encontram vários exemplos de pronunciamentos de representantes de dois círculos dirigentes de São Paulo, vinculando a ampla oferta de mão-de-obra subsidiada ao objetivo de deprimir salários rurais.

(21) Uma parte deste reservatório pode ter sido constituída por desempregados da indústria, pois a crise atingiu também as atividades industriais. No prefácio de seu livro *A Indústria no Estado de São Paulo*

Em suma, o setor cafeeiro desempenhou, a partir de sua própria lógica, um papel fundamental na oferta de mão-de-obra urbana, através de seu movimento cíclico. Como observa Wilson Cano, ao promover na expansão um fluxo imigratório que excedia suas próprias necessidades, proporcionava um excedente de trabalhadores às cidades. Na crise, não restava qualquer alternativa aos trabalhadores do café senão a de emigrar para os núcleos urbanos, pois os outros complexos exportadores eram incapazes de absorvê-los (22).

Por caminhos até certo ponto diversos, o Rio de Janeiro reuniu também contingentes de população em proporção superior às limitadas necessidades do setor industrial e dos serviços. O elemento mais relevante é a atração exercida pela Capital da República para os migrantes internos de todo o país. Nos anos de desagregação do sistema escravista, parece ter ocorrido um fenômeno distinto do verificado em São Paulo, onde ao que tudo indica a Abolição não provocou um grande fluxo de negros do campo para a cidade, havendo mesmo referências a um retorno de certo vulto de antigos escravos do Estado de São Paulo para regiões do Norte, de que haviam sido arrancados em decorrência do tráfico interno (23). O fato se explica aliás, entre outras razões, pela avassaladora presença dos imigrantes externos e o seu preenchimento das melhores oportunidades ocupacionais. No Rio de Janeiro, os dados revelam ao contrário um considerável afluxo de migrantes internos. Um importante contingente deve ter sido o dos antigos escravos que abandonaram a região fluminense em decadência. Entre 1890-1900, a migração líquida interna de nacionais alcançou a cifra de 85 547 pessoas, sendo significativo observar que, no mesmo período, o Estado do Rio apresentou uma migração interna líquida de nacionais negativa, de — 84 280 pessoas. A própria Corte continha uma ponderável parcela de escravos, nos anos prévios à Abolição: em 1872, para uma população total de 274 972 habitantes, o número de

em 1901, Antônio F. Bandeira Jr. refere-se "à diminuição do trabalho em todas as fábricas, algumas das quais apenas funcionam dois dias por semana, havendo outras que, em número não pequeno, cessaram de trabalhar".

(22) Cano, *ob. cit.*, p. 229.

(23) Roger Bastide e Florestan Fernandes — *Branços e negros em São Paulo*. 2.^a ed. São Paulo, 1959.

escravos ascendia a 48 939, ou seja cerca de 18% da população (24).

As indicações existentes permitem distinguir o significado diverso do antigo agrupamento escravo em São Paulo e no Rio de Janeiro, do ponto de vista ocupacional. No primeiro caso, sua inserção no sistema sócio-econômico se dá no terciário de mínima produtividade, constituindo o que se tem denominado "mão-de-obra sobranter"; no segundo, tem funções de um exército industrial de reserva (25), como revela sua contribuição até certo ponto expressiva nas atividades manufatureiras (Tabela I-2):

TABELA I-2
RIO DE JANEIRO
1890

POPULAÇÃO EMPREGADA NA INDÚSTRIA
MANUFATUREIRA E POPULAÇÃO
TOTAL SEGUNDO A COR

INDÚSTRIA MANUFATUREIRA	POPULAÇÃO TOTAL	
	HOMENS	MULHERES
Branços	33 941 = 69,8	200 049
Pretos	4 362 = 8,9	29 530
Caboclos	759 = 1,6	8 830
Mestiços	9 599 = 19,7	55 248
Total	48 661 = 100	293 657

Fonte: Ministério da Indústria, Viação e Obras Públicas. Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1890. Distrito Federal*. Rio de Janeiro, 1895. Não há distinção entre patrões e operários.

(24) Douglas H. Graham e Sérgio Buarque de Hollanda Filho. — *Migration, Regional and Urban Growth and Development in Brazil: a Selective Analysis of the Historical Record: 1872-1970*. São Paulo, 1971 (mimeogr.).

(25) Conceitualmente, o exército industrial de reserva distingue-se da "mão-de-obra sobranter": o primeiro se encontra em "reserva", isto é, com a possibilidade de ser incorporado ao processo produtivo tão logo seja necessário para o incremento do sistema; a "mão-de-obra sobranter" está estruturalmente confinada a ocupações de mínima produtividade, o que não significa que deixe de cumprir uma função no sistema, no chamado setor degradado de serviços. Cf. Anibal Quijano — "El Proceso de marginalización y el mundo de la marginalidad en América Latina", em Anibal Quijano e Francisco C. Welfort — *Populismo, marginalización y dependencia*. São José da Costa Rica, 1973.

A importância das migrações internas — até 1920 a Capital da República atraiu maior volume de migrantes desta origem do que todo o Estado de São Paulo, tanto em termos absolutos como relativos — não pode obscurecer o fato de que a entrada de estrangeiros pelo porto do Rio de Janeiro manteve sempre um fluxo significativo. Infelizmente, não há dados que permitam comparar o Rio de Janeiro com outras cidades, mas apenas com Estados. Entre 1890-1900, a cidade recebeu uma imigração líquida de 70 298 estrangeiros, superada apenas pelos Estados de São Paulo (412 297) e Rio Grande do Sul (108 771); entre 1900-1920, o total chegou a 88 590 pessoas, somente inferior ao Estado de São Paulo, com a cifra de 274 250 (26).

Por certo, é necessário esclarecer qual o destino na estrutura ocupacional do Rio de Janeiro dos contingentes que para aí se deslocaram ao longo do período, a fim de se compreender o alcance da oferta de força de trabalho. Uma indicação de sua grande amplitude se encontra na proporção entre população economicamente ativa e população ocupada; outra, no peso dos serviços domésticos no setor terciário, na medida em que se trata de elementos em disponibilidade, não integrados no processo de acumulação de capital como ocorre com outros segmentos ligados à circulação de mercadorias. Os dados da Tabela I-3, com todas as ressalvas, são reveladores:

TABELA I-3
RIO DE JANEIRO
EMPREGADOS DOMÉSTICOS E
PARTICIPAÇÃO NO SETOR TERCIÁRIO

	%
1890	46,9
1906	48
1920	24,6

Fontes: Censos nacionais de 1890 e 1920. Censo do Distrito Federal de 1906. A proporção que se pode a rigor levar em conta é a de 1920. Além de outros erros, os censos de 1890 e 1906 confundiram serviços domésticos remunerados e donas de casa.

Para a inserção da população negra de São Paulo no "setor degradado" de serviços ver os trabalhos clássicos de Bastide e Fernandes, especialmente, deste último autor — *A Integração do negro na sociedade do classes*. São Paulo, 1965.

(26) Graham e Hollanda, *ob. cit.*, p. 106.

Por impressionista que seja o quadro esboçado, aponta para a existência de uma abundante oferta de força de trabalho, nos centros urbanos, ao longo do período que se está considerando (27). Esta determinação estrutural contribuiu permanentemente para deprimir salários e reduzir o alcance das lutas operárias por melhores condições de existência. Do ponto de vista organizatório, as restritas possibilidades dos sindicatos de minórias, no sentido de alcançar êxitos palpáveis, tiveram um papel de relevo na enorme dificuldade que encontraram para se converter em órgãos representativos de grandes camadas da população trabalhadora.

Pareceria à primeira vista excessiva a ênfase na análise da oferta de força de trabalho — um dos elementos de formação de seu preço — sem considerar a categoria básica do valor, correspondente ao custo de reprodução. Cabe porém lembrar que, no período considerado, a oferta em larga escala, em graus variáveis, constituiu uma determinação permanente com diretos reflexos na formação do preço. Além disto, ao contrário do valor, ela não é uma categoria abstrata, mas um elemento material visível. Neste sentido, atua negativamente no nível da consciência operária para desalentar mobilizações e se torna um recurso recorrente, utilizado pelos empresários, em inúmeras greves do período.

Com esta ressalva, o problema do valor da força de trabalho ganha relevância sobretudo quando colocado em termos de uma análise comparativa entre São Paulo e o Rio de Janeiro, lançada pela primeira vez por Wilson Cano. Tomando os dados de 1919, este autor observa que a indústria carioca era obrigada a pagar a maior taxa média de salário do país, sendo a relação entre o total de salários e o valor da transformação industrial de 34% no Rio de Janeiro, 26% em São Paulo e de 27% para a média brasileira. Como a produtividade industrial (valor de transformação industrial/operário) em 1919 era inferior à de São Paulo, isto importa em dizer que a indústria carioca era menos competitiva do que a paulista (28).

(27) Refiro-me às linhas gerais de um processo sem levar em conta conjunturas muito excepcionais e a distinção entre operários especializados e de baixa qualificação. Convém porém observar que as grandes empresas industriais são indústrias simples, operando com largo emprego de mão-de-obra não especializada. Para exemplos de escassez de força de trabalho qualificada no Rio de Janeiro na fase de instalação das primeiras unidades industriais, ver Stein, *ob. cit.*, p. 55.

(28) Cano, *ob. cit.*, pp. 247 e 260.

Cano acredita, com boas razões, que o motivo principal da maior taxa de salário no Rio de Janeiro residia no elevado preço do custo de alimentação da mão-de-obra na região, por força da inexistência de agricultura local e da precariedade agrícola da região fluminense. Isto significa, obviamente, que do diferencial de salários não se pode extrair qualquer afirmativa de melhores condições de vida dos trabalhadores do Rio de Janeiro com relação aos de São Paulo. Mas, para os fins das possibilidades de barganha dos trabalhadores, pareceria estarem os de São Paulo melhor colocados, pois as vantagens comparativas dos empresários (menor valor da força de trabalho, maior produtividade) abririam algum campo às concessões. Entretanto, por dois motivos básicos isto não ocorreu: de um lado, a já analisada oferta abundante de força de trabalho talvez em maiores proporções do que na Capital da República; de outro, o tipo de padrão dominante nas relações de classe e no aparelho de Estado.

A segunda determinação estrutural apontada — composição étnica da classe operária em formação — não pode ser apreendida apenas de modo negativo, pois incidiu contraditoriamente no comportamento operário em geral e nas concepções ideológicas dos setores organizados da classe.

Começo por uma menção ao peso quantitativo representado pela força de trabalho estrangeira, no período 1890-1920, através de dados meramente aproximativos. De acordo com o censo de 1893 da Capital de São Paulo, os estrangeiros constituíam 54,6% da população total e uma proporção ainda maior da população ocupada (Tabela I-4).

Vários anos mais tarde, o censo de 1920 arrolou 100 388 pessoas no Estado de São Paulo, dedicadas a atividades industriais (fábricas e pequenas oficinas), alcançando 51% a porcentagem de estrangeiros; entre os 13 914 indivíduos ocupados em transporte e comunicação, a proporção destes atingia 58% (29). De um modo geral, embora o vulto da força de trabalho estrangeira tendesse a decrescer com o correr dos anos, foi majoritária na Capital de São Paulo, tanto no setor industrial como de serviços em todo o período considerado (1890-1920). Algumas cifras para ramos específicos chegam a ser surpreendentes. Assim, o conhecido relatório publicado pelo Departamento Es-

(29) Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio — Diretoria Geral de Estatística. *Recenseamento de 1920*, Rio de Janeiro, 1923.

TABELA I-4
 SÃO PAULO (CAPITAL)
 ESTRUTURA OCUPACIONAL — 1893

SETORES OU RAMOS	ESTRANGEIROS		NACIONAIS		TOTAL
	%		%		
Indústria manufatureira	2 893 = 79	774 = 21	3 667		
Indústria artística	8 760 = 85,5	1 481 = 14,4	10 241		
Transportes e conexos	8 527 = 81	1 998 = 18,9	10 525		
Comércio	6 776 = 71,6	2 680 = 28,3	9 546		
Administração pública, sacer- dócio e profissões liberais (*)	330 = 13,5 (*)	2 110 = 86,5	2 551		
Banqueiros, capitalistas e pro- fissionais	267 = 29	651 = 71	918		
Serviços domésticos	8 226 = 58,3	5 879 = 41,6	14 104		
Atividade agro-pastoril (**)	783 = 31,8 (**)	1 673 = 68,1	2 483		
Sem profissão declarada	360 = 70,7	149 = 29,2	509		
Diversos	—	—	86		
Total	36 992 = 68	17 394 = 32	54 540		

Fonte: Relatório apresentado ao cidadão Dr. Cesário Motta Jr., secretário dos Negócios do Interior do Estado de São Paulo, pelo Diretor da Repartição da Estatística e Arquivo, Dr. Antônio de Toledo Piza em 31 de julho de 1894, Rio de Janeiro, 1894. (*) As cifras totais não coincidem com a discriminação entre nacionais e estrangeiros por terem sido excluídos os farmacêuticos (96) e enfermeiros (15) sobre os quais não há discriminação. (**) Idem, por exclusão de atividades pecuárias (27). Não é possível distinguir o que constitui a força de trabalho. Na indústria manufatureira, estão presumivelmente reunidos: empresários, mestres e operários. Não se distingue também entre comerciantes e comerciantes, etc. A vaga expressão "indústria artística" parece abranger categorias díspares: artesãos em geral, empresários e operários da construção civil, gráficos, músicos. Estão excluídos menores de 14 anos e donas de casa. Entre os "sem profissão declarada", incluem-se as prostitutas.

tadual de Trabalho sobre as condições de trabalho na indústria têxtil (1912), abrangendo 31 fábricas de tecidos da Capital, uma de Santos e uma de São Bernardo revela que, dos 10 204 operários classificados, apenas 1843 eram brasileiros natos, isto é 18%. Os trabalhadores de origem italiana somavam 6 044 (59%), havendo 824 portugueses (8%) e os restantes de outras nacionalidades. Dentre os braços dos serviços públicos (Capital, 1912), havia 871 nacionais, 1 408 estrangeiros e 20 de nacionalidade ignorada. Os estrangeiros estavam assim discriminados:

865 portugueses, 320 italianos e 165 espanhóis. Como é sabido, os italianos predominavam esmagadoramente nos ramos industriais da Capital, havendo maior porcentagem de portugueses e espanhóis em serviços pesados braçais, especialmente no porto de Santos (30).

Os dados referentes ao Rio de Janeiro, mostram também a importância da população ocupada estrangeira, ainda que em menor escala do que em São Paulo (Tabelas I-5 e I-6).

A porcentagem de estrangeiros, segundo o censo de 1920, caiu para 35,2% na indústria e 38,8% nos transportes em geral, sendo porém de 53,2% nos transportes terrestres e aéreos. Em certos ramos industriais (construção civil, vestuário e toucador, madeira, alimentação e outros menos expressivos), constatou-se a presença majoritária de elementos estrangeiros (31).

TABELA I-5
 RIO DE JANEIRO
 POPULAÇÃO OCUPADA
 1890

SETORES	ESTRANGEIROS		NACIONAIS		TOTAL
	%		%		
Indústria manufatureira	19 011 = 39	29 650 = 61	48 661		
Indústria artística	2 365 = 40,3	3 494 = 59,3	5 859		
Transportes terrestres	5 121 = 54	4 349 = 46	9 470		
Transportes marítimos	593 = 47	670 = 53	1 263		
Comércio	24 477 = 51	23 571 = 49	48 048		
Total	51 567 = 45,5	61 734 = 54,4	113 301		

Fonte: Censo de 1890. Os números são simples indicações. Sheldon L. Maran assinala que o censo não adotou o critério da ocupação principal, contando diversas profissões exercidas por uma mesma pessoa. Os estrangeiros foram computados ora pelo local de nascimento, ora pela cidadania. O autor citado considera que houve subestimação da população ocupada estrangeira. A Tabela refere-se apenas a alguns setores ou ramos mais expressivos.

(30) Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas do Estado de São Paulo — *Boletim do Departamento Estadual de Trabalho*. Ano I, n.º 1 e 2. São Paulo, 1912; Azis Simão — *Sindicato e Estado*. São Paulo, 1966.

(31) *Recenseamento de 1920*. Vol. II, 1.ª parte. Distrito Federal. P. CXXIV.

É desnecessário ressaltar o imenso significado da imigração no surgimento de ideologias negadoras do sistema vigente no país e na adoção de modelos organizatórios pela classe operária. A crítica *a posteriori* às concepções anarquistas, predominantes entre os trabalhadores organizados nos primeiros vinte anos deste século, não pode obscurecer a sua importância na aparição de novas formas de luta e de uma visão crítica radical da sociedade. Ao mesmo tempo, um setor da massa de imigrantes cristalizou-se como classe trabalhadora urbana, em um processo pelo qual se

TABELA 1-6
RIO DE JANEIRO
POPULAÇÃO OCUPADA
1906

SETORES OU RAMOS	ESTRANGEIROS		NACIONAIS		TOTAL
	%		%		
Agropecuária e atividades extrativas	8 006	= 31,3	17 569	= 68,6	25 575
Indústria, transporte e comércio	100 160	= 49,4	101 201	= 50,6	201 361
Administração pública e profissões liberais	4 415	= 9,9	40 078	= 90,1	44 493
Total	112 581	= 41,5	158 848	= 58,5	271 429

Fonte: Rio de Janeiro. Diretoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística — *Recenseamento do Rio de Janeiro. (Diretório Federal), realizado em 20 de setembro de 1906*. Rio de Janeiro, 1907. Na tabela está excluída uma grande categoria sob a rubrica de "diversos". Os dados são bastante imprecisos. Marim observa que o censo computa 2 934 pessoas reunindo todo o pessoal têxtil, enquanto o Censo Industrial do Brasil (1907), mais próximo da realidade, arrola um número quatro vezes maior somente de trabalhadores têxteis. Este último levantamento não discrimina entretanto os operários por nacionalidade.

frustrou o projeto de imigrante e se definiu a contradição entre estrangeiro/assalariado, com a dominância do segundo elemento, sem a supressão do primeiro. Como observou Fernando Henrique Cardoso, independentemente da origem rural ou urbana do imigrante pobre, o que caracterizava sua conduta era o projeto da ascensão através do esforço individual. Tal projeto encontrou algumas possibilidades de realizar-se pois o "sistema industrial"

do país era ainda sobretudo um "sistema artesanal" que começava a diversificar-se. De posse de uma técnica manual de trabalho mais elaborada, tornava-se viável passar da condição de trabalhador especializado a proprietário de pequena oficina e mesmo a industrial, ou fixar-se nas oportunidades industriais oferecidas pelas cidades (32).

Mas as oportunidades não se abriram para toda a massa de imigrantes e nem todos estavam em condições de aproveitá-las. Por heterogêneos que fossem os motivos de inserção na ordem industrial, um segmento se consolidou como núcleo importante na formação da classe operária. E os primeiros movimentos reivindicatórios envolvendo operários não qualificados ganharam impulso a partir da contradição entre as aspirações destes operários como imigrantes e a realidade de suas condições de vida e de trabalho.

Por sua vez, no interior de cada grupo de trabalhadores estrangeiros, a identidade de classe, com todos os limites, tendeu a superar a identidade nacional. Isto se deveu à diferenciação social interna do grupo e à inexistência de uma xenofobia manifiesta permanente, por parte da oligarquia dominante. Veja-se o exemplo expressivo dos italianos de São Paulo que constituíram em grande maioria mão-de-obra transplantada para o país por uma opção da burguesia cafeeira. Esta não pretendia nem se via forçada a abrir aos imigrantes caminhos no sentido de lhes permitir uma participação política na sociedade. Porém não tinha razões para incentivar uma xenofobia contraditória com seu projeto de estimular a vinda do estrangeiro na condição de força de trabalho "industrial e dócil". O preconceito contra os "italianinhos" na sociedade paulista chegou a expressar-se por ações coletivas, tendentes a reforçar os laços comunitários do grupo imigrante, somente na primeira fase da imigração em massa. Neste período, os problemas sócio-culturais decorrentes da inserção no meio brasileiro provocaram resistências maiores. Mais tarde, assumiu em regra formas latentes, cujo significado no campo das relações pessoais deve ter sido considerável, sem impedir entretanto o processo geral de gradativa simbiose dos grupos envolvidos e consequente desaparecimento do preconceito. O conflito de maior vulto se deu em agosto de 1896, na Capital do

(32) Fernando Henrique Cardoso — "Proletariado no Brasil: situação e comportamento social", em *Mudanças Sociais na América Latina*. São Paulo, 1969, p. 204.

Estrado, tendo como detonador o caso do "Protocolo Italiano". A Câmara Federal vinha discutindo a ratificação de um acordo firmado entre os governos brasileiro e italiano, estabelecendo o pagamento de indenização a súditos deste país por prejuízos sofridos durante a revolução federalista. No curso do mês, surgiram sintomas de atritos quando estudantes de preparatórios e da Faculdade de Direito começaram a realizar comícios contra a aprovação do protocolo. O choque explodiu a 22 de agosto, pondo a nu o nível das tensões acumuladas na cidade. Por quatro dias, ocorreram lutas no centro, nos bairros italianos do Brás e do Bom Retiro, com um saldo de vários mortos e feridos. O posto policial de Santa Ifigênia foi atacado por italianos, enquanto nacionais invadiam e depredavam a sede do *Fanfulla*, um dos jornais da colônia. No Bom Retiro, forças de cavalaria sufocaram um grande tumulto depois que um grupo de populares arrancou a placa da Rua dos Italianos (33).

A explosividade inusitada das relações entre os dois grupos se explica a partir da enorme transformação demográfica e ocupacional que São Paulo vinha sofrendo na última década do século. Tal transformação, além de provocar o abalo de antigos valores e de um estilo de vida, se caracterizava pelo desalojo da pequena burguesia nacional de suas antigas posições. Um comentário do *Diário Popular*, escrito alguns anos antes do choque, expressa o processo com clareza. Depois de assinalar as dificuldades resultantes da carestia de vida e dos desastres financeiros posteriores ao Enchilamento, ressalta: "a classe média está sendo absorvida pelo elemento estrangeiro; pela considerável massa dos que emigraram para aqui e tomaram conta de toda a pequena indústria, de todo o pequeno comércio, de toda a pequena propriedade e que enriquecida porque trabalha e gasta pouco, tem amplo e incontestável direito de fazer imposições em seu exclusivo proveito" (34).

Tudo indica que as camadas médias — mais do que a estreita faixa da grande burguesia — constituíram o núcleo social gerador do conflito, expresso nos seus primeiros momentos pelos estudantes como grupo capaz de dar expressões ideológicas ao ressentimento. Assim, o *Correio Paulistano*, após ressaltar que durante os choques se pusera ao lado do país, insistia em amenizar

(33) *O Estado de S. Paulo*, 24-8 e 26-8-1896.

(34) *Diário Popular*, 12-3-1892. Citado por Richard M. Morse — *Formação histórica de São Paulo*, São Paulo, 1970.

seus efeitos: "nem os italianos se prestarão a ser instrumentos contra o povo que os recebe e os trata como irmãos, explorados pelos agitadores patrióticos, nem os gritadores brasileiros encontram eco na sociedade brasileira, formada por forças conservadoras" (35).

A estabilização relativa da estrutura ocupacional da cidade, a crescente diferenciação interna da massa imigrante contribuíram para tornar raras as explosões capazes de reforçar a "consciência nacional". Mesmo na década dos noventa, há exemplos de como a diferenciação social e ideológica entre os italianos era significativa. Não se trata apenas, sob o ângulo da mobilidade ascendente, do conhecido fato de que um núcleo de imigrantes começou a ganhar postos expressivos no comércio e na indústria. No meio urbano, alguns elementos buscaram adaptar-se às funções de controle de seus co-nacionais cujo preenchimento era difícil por parte dos quadros burocráticos de origem brasileira. Pouco mais de dois anos após o episódio do Protocolo Italiano, ocorreu um arribo exemplar no interior do grupo. Em setembro de 1898, a *Unione Meridionale* do Bom Retiro, dirigida pelo subdelegado do bairro — Nicolau Matarazzo — decidiu promover manifestação nas ruas, comemorando a independência italiana. Socialistas e anarquistas organizaram uma contra-manifestação "para mostrar que a data era liberal e não patriótica pois marcava a queda do poder temporal dos papas". As facções se chocaram na Praça da República, daí resultando a morte do militante anarquista Pojcinice Matei (36).

Os autores que enfatizaram a origem de classe como determinação estrutural limitativa das possibilidades de afirmação de um movimento operário (37) referem-se tanto aos atritos entre estrangeiros de várias nacionalidades, como entre estrangeiros e nacionais. A rigor, as diferenças não se explicam em termos estritamente "étnicos". A língua, os costumes tendiam a acentuar a percepção de cada grupo como estranho um ao outro, mas esta estranheza tinha um fundamento último na concorrência da força de trabalho no mercado, em condições desfavoráveis. Os portugueses eram tidos em São Paulo, pelos organizadores do movi-

(35) *Correio Paulistano*, 28-8-1896.

(36) Depoimento de Benjamin Mota, em *A Plebe*, 31-5-1919.

(37) É o caso especialmente de Sheldon Leslie Maran — *Anarchists, Immigrants and the Brazilian Labor Movement, 1890-1920* (mimeogr.), de quem transcrevo neste aspecto os dados.

mento operário como elementos dóceis, destituídos de consciência de classe, uma visão que seu comportamento muitas vezes confirmava. Sem dúvida, a menor propensão dos portugueses a organizar-se, constatada sobretudo na Capital, relacionava-se em algum grau com sua experiência prévia. Enquanto os italianos vinham de regiões em que os sindicatos começavam a surgir (38) ou os movimentos milenaristas deixavam marcas, os portugueses se originavam de uma área bem mais atrasada no contexto europeu. Entretanto, se foram menos reivindicativos, se engrossaram por vezes as fileiras dos "krumíros", isto se deve em grande parte, como observa Maran, ao fato de que constituíam um grupo de baixa qualificação, tardiamente chegado a São Paulo, tendo de lutar em condições desiguais pelos limitados empregos ocupados pelos italianos. Em Santos, onde eram maioria ao lado dos espanhóis, estiveram entre os principais responsáveis pelas frequentes paralisações da área portuária.

O porto do Rio de Janeiro foi o local onde surgiram com maior intensidade os desentendimentos entre nacionais e estrangeiros. Em 1908, por exemplo, os portugueses assumiram por via eleitoral o controle da Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, durante muitos anos nas mãos de brasileiros negros ou mulatos. O episódio provocou um grande conflito na sede do sindicato, na significativa data de 13 de maio, de que resultou um morto, vários feridos e o declínio de membros do sindicato de 4 000 para 200 pessoas. O fato dos atritos terem se concentrado no porto do Rio de Janeiro não é acidental. Durante muitos anos, o serviço portuário, pela própria natureza do trabalho, absorvera contingentes de antigos escravos deslocados de outras atividades urbanas ou oriundos das zonas agrícolas em decadência, em torno da Capital da República. Sob este aspecto, o choque citado pode ser entendido como uma reação dos nacionais à contínua invasão de uma área que lhes

(38) Ao contrário do que geralmente se supõe, a maioria dos imigrantes italianos que chegaram ao Brasil até princípios do século provinham do norte da Itália, especialmente da região do Vêneto. Só posteriormente a imigração do sul passou a ser significativa. Foerster calcula que, nos primeiros anos da grande imigração, 4/5 dos imigrantes partiram do norte. Os italianos do sul — calabreses sobretudo — concentraram-se no Rio de Janeiro, onde no início do século talvez já excedessem o outro grupo. Cf. Robert F. Foerster — *The Italian emigration of our times*. New York, 1969, p. 289.

parecia reservada, certamente aproveitada pelos empresários e pela polícia.

Sem subestimar o papel das divisões nacionais como elemento limitador da organização da classe operária, não penso entretanto que se deva privilegiá-lo em demasia. A condição de assalariado tende a predominar sobre a de estrangeiro, tanto no interior de cada grupo como em seu inter-relacionamento. Ao lado dos exemplos de divergências, ao menos no nível dos setores organizados, abundam as expressões de mútua solidariedade, particularmente em São Paulo, onde por muitos anos a Comuna de Paris, o 1.º de maio são comemorados por oradores que se expressam em português, italiano, espanhol, e, por vezes, em alemão e em francês (39). A maior homogeneidade étnica da classe operária de São Paulo, com a presença dominante de italianos, não correspondeu um índice organizatório mais alto em comparação com o Rio de Janeiro. Seu significado foi relevante somente em termos da maior influência difusa das ideologias revolucionárias.

(39) A curiosa presença de franceses é excepcional, restringindo-se aos primeiros anos do século. Ela se relaciona com o núcleo de operários desta nacionalidade existente na Companhia Vidraria Santa Marina. Detalhes de um movimento grevista de operários franceses e de sua participação em atos públicos encontram-se em *Avanti*, 9-3 e 23-3-1901.

SEGUNDA PARTE

A CLASSE OPERARIA E SEU MOVIMENTO
(1890-1917)